



AZ@BXL

Número: 389

Data: 2026.01.23

No título: "Sem Título - 11"

(Técnica: Óleo sobre papel)

Créditos: Isabel Madureira Andrade (Ponta Delgada, Açores, 1991). A sua formação foi feita na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, onde concluiu a Licenciatura e o Mestrado em Pintura (2010 – 2018). Entre 2014 e 2016 frequentou o Programa de Residências Artísticas da Mart (Lisboa). Participa regularmente em exposições coletivas desde 2014. Realizou, em 2017, a sua primeira exposição individual "Indícios" na Fundação Portuguesa das Comunicações, em parceria com a Galeria Bessa Pereira (Lisboa). Em 2019 integrou a short list dos 6 finalistas do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, e foi destacada pelo júri com a Menção Honrosa. Isabel Madureira Andrade é representada pela Galeria Fonseca Macedo – Arte Contemporânea.

Cortesia: **Galeria Fonseca Macedo**

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[40 anos de adesão à UE de Espanha e Portugal](#)

[Reunião informal de 22 de janeiro de 2026 dos membros do Conselho Europeu](#)

[União Europeia e Mercosul assinam parceria histórica e ambiciosa](#)

[UE-Mercosul: Eurodeputados querem parecer jurídico sobre a conformidade com os Tratados da UE](#)

[Comissão apresenta nova estratégia de luta contra o racismo para continuar a construir uma verdadeira União da Igualdade](#)

[Comissão reforça a resiliência e as capacidades da UE em matéria de cibersegurança](#)

[A UE apoia a conectividade digital com regras mais simples e harmonizadas no Regulamento Redes Digitais](#)

[Comissão dá luz verde ao oitavo pedido de pagamento de Portugal no valor de 1,1 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU](#)



VAI ACONTECER

Até 25 de janeiro



Preparar a agricultura da UE para o futuro através da investigação e da inovação

A Comissão Europeia, liderada pela DG AGRI, está a preparar uma nova Abordagem Estratégica para a Investigação e Inovação (I&I) Agrícola da UE, prevista para meados de 2026.

Esta Abordagem Estratégica visa garantir a competitividade, sustentabilidade e resiliência a longo prazo do setor agroalimentar, das florestas e das zonas rurais da UE, e contribuir para os objetivos da [Visão para a Agricultura e Alimentação](#) e outras iniciativas da Comissão.

A Comissão gostaria de ouvir a sua opinião para ajudar a identificar as prioridades.

A [consulta](#) está aberta até **25 de janeiro de 2026**.

Até 26 de janeiro



Conselho dos Assuntos Gerais, 26 de janeiro de 2026

Os ministros responsáveis pelos Assuntos Europeus assistirão a uma apresentação das prioridades da Presidência cipriota e realizarão um debate específico por país no âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito. O Conselho realizará também um debate de orientação sobre o Escudo Europeu da Democracia.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



Conselho (Agricultura e Pescas), 26 de janeiro de 2026

O Conselho começará com uma sessão pública, durante a qual a Presidência cipriota apresentará o seu programa de trabalho para o primeiro semestre de 2026. Em seguida, os ministros trocarão pontos de vista sobre a alteração do regulamento relativo à agricultura biológica e sobre a Estratégia da UE para a Bioeconomia. Esta última contribuirá para o projeto de conclusões do Conselho sobre a nova Estratégia da UE para a Bioeconomia, a aprovar pelo Conselho (Ambiente).

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal “[Dê a sua opinião](#)” e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

29 de janeiro



Conferência: Compreender o impacto do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o instrumento pós-COVID da UE no valor de 650 mil milhões de euros e apoia reformas e investimentos em diferentes domínios de intervenção. Uma vez que o último ano de execução do MRR teve início, o objetivo da conferência é fazer um balanço do seu impacto até à data. A conferência convida a comunidade académica e de investigação a juntar-se a profissionais das administrações públicas e organizações internacionais para debater a investigação e os dados preliminares disponíveis.

Reserve o seu lugar, faltam 2 semanas para se [registar](#), as inscrições terminarão na quarta-feira, 28 de janeiro de 2026, às 9h00 (hora da Europa Central).

Até 2 de fevereiro



Consulta Pública: Pacote de medidas relativas à mobilidade laboral justa

Esta iniciativa contribuirá para tornar o mercado único mais competitivo e justo, trazendo vantagens para as pessoas e os trabalhadores que recorrem à mobilidade, para as empresas e para as autoridades públicas.

A iniciativa irá: modernizar, simplificar e digitalizar a coordenação da segurança social e a mobilidade laboral; promover a portabilidade das qualificações e das competências para apoiar a livre circulação; melhorar o controlo do cumprimento através do reforço da Autoridade Europeia do Trabalho; proporcionar clareza jurídica à legislação da UE em matéria de mobilidade; e, impulsionar a autonomia estratégica da UE e atenuar a escassez de competências e de mão de obra.

A consulta pública irá decorrer até 2 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o

[Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 9 de fevereiro



Comissão procura obter informações sobre a política da UE para os oceanos

A Comissão Europeia lançou um convite à apreciação para definir a Lei Europeia dos Oceanos, cuja adoção está prevista para 2026. Esta iniciativa sublinha o empenho da UE no desenvolvimento de uma governação marítima coesa e na utilização sustentável dos recursos oceânicos. O convite à apresentação **de propostas decorrerá até 9 de fevereiro de 2026** e está aberto às partes interessadas, aos peritos e aos cidadãos de toda a Europa.

A Lei Europeia dos Oceanos melhorará a coerência e a aplicação efetiva da governação marítima na UE. Servirá de ponto de referência para reunir todos os objetivos económicos, climáticos, ambientais e sociais adotados a nível da União para proteger e utilizar de forma sustentável os recursos e serviços oceânicos.

As principais características do ato legislativo sobre os oceanos incluem a melhoria do ordenamento do espaço marítimo com base na revisão da [legislação em matéria de ordenamento do espaço marítimo](#); estruturar a governação e a coordenação do Sistema Europeu de Observação dos Oceanos e racionalizar as obrigações de comunicação de informações e reduzir os encargos administrativos nas políticas da UE para os oceanos.

Como próxima etapa na preparação da Lei Europeia dos Oceanos, a Comissão lançará uma consulta pública na primavera de 2026. Prevê-se que o ato seja adotado no final de 2026, tal como anunciado no [programa de trabalho da Comissão](#).

Pode encontrar mais informações sobre o convite à apreciação na [página Web específica](#) e aceder ao [convite](#) em linha.

Até 11 de fevereiro



Passaporte Europeu de Segurança Social: convite à apreciação

O Passaporte Europeu de Segurança Social (ESSPASS) simplificará a forma como os cidadãos da UE que se deslocam ou trabalham noutros países da UE interagem com as autoridades competentes ou os prestadores de serviços no âmbito da segurança social. Ao possibilitar a verificação rápida e segura dos documentos e direitos de segurança social através de uma solução digital, o passaporte reduz a burocracia e o risco de erros e fraude.

Esta iniciativa da Comissão Europeia estabelecerá uma solução digital normalizada para otimizar os processos para os cidadãos, as empresas e as autoridades públicas.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao presente convite à apreciação no portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 11 de fevereiro (apresentar A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (24 h - hora de Bruxelas)).

Até 23 de fevereiro



Comissão solicita contributos para moldar a resiliência climática futura da UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro quadro da UE em matéria de resiliência climática. A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios como fenómenos meteorológicos extremos, impactos na saúde, economias e infraestruturas, e a necessidade de uma abordagem coordenada para adaptação climática, conforme disposto no relatório “[Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#)”, produzido pela Agência Europeia para o Ambiente.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, empresas, autoridades regionais e partes interessadas sobre como a UE pode proteger a saúde humana, reduzir riscos de alto impacto e reforçar a preparação societal. A consulta pública irá contribuir para o novo quadro da UE sobre resiliência climática, previsto para 2026, que visa tornar a Europa mais forte e preparada para os desafios climáticos.

A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (às 23h59, hora de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 27 de fevereiro



Uma Iniciativa Europeia de Observação do Oceano: solicitação de contributos pela Comissão Europeia

A observação oceânica é a base do conhecimento marinho. Através desta iniciativa, baseada no Pacto dos Oceanos, a Comissão Europeia propõe uma abordagem orientada por objetivos que responde às necessidades da sociedade. Abrange áreas fundamentais ao longo da cadeia de valor do conhecimento, visando a sustentabilidade a longo prazo, a ambição e a autonomia estratégica na observação dos oceanos, integrando os serviços marinhos da UE, promovendo a colaboração internacional e garantindo dados internacionais, assegurando a cocriação e apoiando a capacidade dos Estados-Membros.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), podendo apresentar os seus comentários em resposta ao presente convite à apreciação em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.



Consulta Pública: Práticas comerciais desleais entre empresas na cadeia de abastecimento alimentar — revisão das regras da UE

Esta iniciativa visa rever as regras da UE em matéria de luta contra as práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar, a fim de refletir a evolução da dinâmica do mercado e as práticas emergentes e assegurar relações mais justas no âmbito da cadeia.

A revisão baseia-se na avaliação das regras da UE em matéria de práticas comerciais desleais entre empresas e na «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar», dando resposta às exigências dos agricultores no sentido de uma cadeia alimentar mais justa.

A consulta pública irá decorrer até 27 de fevereiro de 2026 (24 hora- horas de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 1 — facilitar a mobilidade dos trabalhadores em toda a UE através da transparência e da digitalização das competências

Atualmente, fazer com que as competências e qualificações dos trabalhadores sejam compreendidas pelos empregadores de outros Estados-Membros da UE continua a ser um desafio, nomeadamente porque os diplomas são frequentemente documentos em suporte papel.

Esta iniciativa visa tirar partido dos instrumentos existentes para a transparência das competências e qualificações e explorar as possibilidades de promoção de credenciais digitais interoperáveis. O objetivo é facilitar a mobilidade dos trabalhadores, reforçar o mercado único e facilitar a compreensão e aceitação das competências e qualificações em toda a UE.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 2 — facilitar, modernizar e expandir os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas

As regras da UE em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais facilitam o reconhecimento transfronteiriço das qualificações dos cidadãos da UE que procuram aceder a profissões regulamentadas. Ainda assim, os processos a seguir podem ser morosos, complexos e dispendiosos, limitando a eficácia do mercado único.

Esta iniciativa visa simplificar, modernizar e alargar ainda mais os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas, em especial através do recurso a ferramentas digitais.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 3 — simplificar o reconhecimento das qualificações e competências dos nacionais de países terceiros

Os procedimentos nacionais de reconhecimento de nacionais de países terceiros são divergentes e muitas vezes lentos e ineficazes. Estes procedimentos impedem os nacionais de países terceiros de aceder ao mercado de trabalho e reduzem a atratividade da UE enquanto destino para os trabalhadores qualificados provenientes do estrangeiro.

Esta iniciativa visa simplificar o reconhecimento das qualificações dos nacionais de países terceiros, ajudando a fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE e respeitando a competência dos Estados-Membros em matéria de migração e regulamentação das profissões.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de março



Consulta Pública: Novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas — UE reforma regras postais

No âmbito da estratégia da UE para o mercado único adotada em maio de 2025, propõe-se um novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas a fim de substituir a Diretiva Serviços Postais e o Regulamento Encomendas Transfronteiriças no 4.º trimestre de 2026.

A reforma das regras da UE para os serviços postais centrar-se-á nas entregas enquanto serviço e garantirá que os particulares e as empresas possam receber entregas em toda a UE a preços acessíveis, ao mesmo tempo que irá promover a concorrência leal nos mercados de entregas e melhorar a proteção dos consumidores.

O período de consulta decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 5 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 9 de março



Consulta pública sobre revisão das regras de proteção do meio marinho

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública e um convite à apresentação de provas no âmbito da revisão da [Diretiva-Quadro Estratégia Marinha](#) (MSFD), com o objetivo de reforçar a proteção dos ecossistemas marinhos e simplificar a sua aplicação.

A revisão segue-se à avaliação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (MSFD), publicada em março de 2025, que reconheceu os progressos realizados, mas concluiu que a diretiva ainda não alcançou plenamente o objetivo de garantir um bom estado ambiental nos mares europeus, sendo o elevado nível de poluição e a perda de biodiversidade marinha apontados como os principais motivos para a falta de sucesso da iniciativa.

A iniciativa está aberta à participação de cidadãos, entidades públicas e organizações interessadas até **9 de março de 2026** (23h59 hora de Bruxelas), através do portal [Dê a Sua Opinião](#).

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

Até 12 de março



Atualização da governação da União da Energia e da ação climática: Consulta Pública

As regras atuais criaram um mecanismo de governação baseado no planeamento estratégico, na elaboração de relatórios e na monitorização, para ajudar a UE e os Estados-Membros a atingirem os seus objetivos em matéria de clima e de energia.

Esta iniciativa da Comissão Europeia prevista para o quarto trimestre de 2026, visa manter a Europa no bom caminho para cumprir os seus objetivos em matéria de clima, integrando, reforçando e modernizando simultaneamente essas regras e propondo para a próxima década um quadro propício que garanta a competitividade e a sustentabilidade da Europa.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 16 de março



Política da UE para o Ártico – Comissão Europeia lança convite à apreciação e consulta pública

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta [pública e um convite à apreciação](#) no âmbito do processo de atualização da política da UE para o Ártico. Esta atualização é necessária para manter a pertinência e a eficácia da política na resposta à evolução dos desafios e das oportunidades no Ártico.

A consulta pública e o convite à apreciação decorrerão até **16 de março de 2026**, esperando a Comissão receber uma série de contributos das partes interessadas, nomeadamente de: Estados-Membros da EU; Comunidades indígenas e locais; Representantes da indústria; Organizações da sociedade civil; Academia .

A iniciativa surge na sequência do [anúncio do Presidente da Comissão Europeia de rever a política da UE para o Ártico](#), a fim de garantir que está apta a enfrentar os desafios atuais e futuros.

Até 17 de março



Normas em matéria de plásticos de utilização única e artes de pesca (avaliação)

Os produtos de plástico de utilização única e as artes de pesca que contêm plástico constituem uma importante fonte de lixo marinho que ameaça os ecossistemas marinhos, a biodiversidade e a saúde humana. Esse tipo de lixo prejudica o exercício de atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo.

A Diretiva Plásticos de Utilização Única de 2019 visa prevenir estes resíduos e reduzir o seu impacto no meio marinho. Esta iniciativa avaliará o impacto das medidas previstas na diretiva, devendo servir de base para futuras atualizações ou alterações da mesma.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 17 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 10 de abril



Sistema europeu de comunicações críticas: consulta pública

As equipas de primeira intervenção (agentes de polícia, bombeiros e serviços de intervenção de emergência) não podem utilizar facilmente os seus rádios e os telemóveis inteligentes quando colaboram com colegas de outros Estados-Membros para além das suas fronteiras.

O Sistema europeu de comunicações críticas ligará os sistemas de comunicação das equipas de primeira intervenção da UE e do espaço Schengen, o que facilitará, nomeadamente, as suas operações de salvamento e contribuirá para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da UE.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 10 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão disponibiliza 160 milhões de euros para apoiar o setor agroalimentar da UE

A Comissão Europeia lançou os [convites](#) à apresentação de propostas de 2026 para apoiar campanhas e eventos que promovam produtos agroalimentares da UE sustentáveis e de elevada qualidade na União Europeia e em todo o mundo. Serão disponibilizados até 160 milhões de euros através de subvenções para cofinanciar programas propostos por agrupamentos de produtores e outros organismos do comércio agroalimentar, tanto no mercado interno da UE como nos principais mercados de países terceiros com forte potencial de crescimento, incluindo o Reino Unido, o Japão, a Coreia do Sul, a China, Singapura e a América do Norte.

Os convites à apresentação de propostas fazem parte do [programa de trabalho da política de promoção para 2026](#), ao abrigo do qual a Comissão afetará 205 milhões de euros ao cofinanciamento de atividades de promoção dos produtos agroalimentares da UE, a dotação mais elevada alguma vez dedicada ao reforço da sensibilização dos consumidores para os produtos agrícolas e os regimes de qualidade europeus. Estas ações são realizadas sob a assinatura comum «[Goste, é da Europa](#)», que visa sensibilizar os consumidores para a qualidade dos produtos da UE e recompensar os agricultores e as empresas agroalimentares da UE pelos seus esforços para cumprir elevados padrões de segurança e normas ambientais.

Além disso, o programa de trabalho prevê iniciativas a serem geridas diretamente pela Comissão, incluindo campanhas de promoção e informação em países terceiros, a participação da UE em grandes feiras comerciais agroalimentares internacionais, as visitas do Comissário Christophe Hansen a países terceiros e o desenvolvimento de manuais de entrada no mercado para os exportadores.

A política de promoção agroalimentar é uma prioridade política para a União Europeia, tal como salientado pela presidente Ursula von der Leyen no seu [discurso sobre o estado da União](#). É reconhecido na [Visão para a Agricultura e a Alimentação](#) como um instrumento fundamental para apoiar a competitividade, a resiliência e a diversificação do setor agroalimentar da UE a nível mundial.

Os [convites agora lançados](#) permanecerão abertos a candidaturas por um período de três meses e estão abertos a um vasto leque de operadores elegíveis em toda a UE. Realizar-se-á uma [jornada de informação](#) em Bruxelas e em linha, em 27 e 28 de janeiro de 2026.

Comissão procede a uma maior simplificação da PAC até 215 milhões de euros para os agricultores e as administrações nacionais

A Comissão Europeia adotou nove outros atos ao abrigo do direito derivado da PAC para reduzir a burocracia e os encargos regulamentares desnecessários, em consonância com o seu compromisso de simplificação e de reforço da competitividade do setor agrícola e da cadeia de valor agroalimentar em geral.

Estas alterações seguem o roteiro [de simplificação](#) de 14 de maio de 2025 e mostram que a Comissão está a responder às necessidades do setor e a cumprir as suas promessas: reduzir a burocracia, aliviar os encargos administrativos para os agricultores e as administrações nacionais e, em alguns casos, poupar aos agricultores de todos os Estados-Membros até 215 milhões de euros por ano. Em alguns casos, os agricultores devem mesmo assistir a uma redução de cerca de 20 % do tempo despendido na administração relacionada com a PAC, libertando mais tempo para a agricultura do que para a burocracia. Está ainda em curso uma maior simplificação, uma vez que a Comissão centra agora a sua [atenção no setor biológico](#), revendo as regras em vigor e procedendo aos ajustamentos legislativos prometidos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o que envolvem estas alterações agora adotadas pela Comissão Europeia.

Comissão aprova um auxílio estatal italiano de 18,2 milhões de euros para apoiar investimentos no setor do leite e dos produtos lácteos

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida italiana no valor de 18,2 milhões de euros para apoiar um projeto de investimento no setor do leite e dos produtos lácteos.

O beneficiário da medida é a Agricola Cooperativa do Centro Latte Bressanone Societa, uma cooperativa de produtores de leite do Alto Adige (Tirol do Sul). O objetivo do projeto de investimento é expandir as linhas de produção existentes da cooperativa para mozzarella e ricotta, introduzir novos produtos, como a burrata, e otimizar o ciclo de produção, mantendo elevados padrões de qualidade e sustentabilidade ambiental. O investimento terá um duplo efeito positivo. Por um lado, reforçará o setor leiteiro no Alto Ádige, aumentando a procura de leite por parte dos agricultores locais. Por outro lado, reforçará a utilização do soro de leite derivado, contribuindo assim para a economia circular e a produção sustentável. O auxílio assumirá a forma de uma subvenção direta.

A Comissão apreciou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria [de auxílios estatais, em especial do artigo 107.º, n.º 3, alínea c\)](#), do Tratado sobre o Funcionamento da UE, que permite aos Estados-Membros apoiar o desenvolvimento de certas atividades económicas em

determinadas condições, e [das Orientações de 2023 relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais](#). A Comissão considerou que a medida é necessária e adequada para alcançar o objetivo prosseguido, apoiando simultaneamente os objetivos da [política agrícola comum](#). Além disso, a Comissão concluiu que a medida é proporcionada, uma vez que se limita ao mínimo necessário, e terá um impacto limitado na concorrência e nas trocas comerciais na UE. Nesta base, a Comissão aprovou a medida italiana ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com o número de processo SA.119750 no [registro dos auxílios estatais no sítio Web](#) da Comissão dedicado à concorrência, uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.



Ambiente

Detergentes: Eurodeputados reveem regras para melhorar a proteção ambiental e da saúde

Na quinta-feira passada, em sessão plenária, o Parlamento Europeu adotou as regras revistas, provisoriamente acordadas com o Conselho a 10 de junho de 2025, para atualizar o quadro da UE sobre detergentes e surfactantes, a fim de considerar novos desenvolvimentos do mercado, como detergentes com microrganismos vivos como ingredientes ativos, e a venda de recargas.

A votação conclui o processo de tomada de decisão. As regras entrarão em vigor 20 dias após a publicação no Jornal Oficial da UE e aplicar-se-ão três anos e meio depois.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão dá luz verde ao oitavo pedido de pagamento de Portugal no valor de 1,1 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão Europeia avaliou positivamente o oitavo pedido de pagamento de Portugal no valor de 1,1 mil milhões de euros, dos quais 828,8 milhões de euros em subvenções e 286 milhões de euros em empréstimos, ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o elemento central do [NextGenerationEU](#).

Trata-se de um passo importante na realização das reformas e dos investimentos associados a este pedido de pagamento, nos domínios da digitalização dos cuidados de saúde, da educação, das energias renováveis, da gestão orçamental e da descarbonização da indústria, entre outros. As medidas visam igualmente modernizar a gestão das finanças públicas, melhorar a eficiência fiscal, melhorar o desempenho do sistema judicial e monitorizar a pobreza energética.

A Comissão enviou agora a sua avaliação preliminar do cumprimento por Portugal dos marcos e metas necessários para este pagamento ao [Comité Económico e Financeiro](#) (CEF), que dispõe de quatro semanas para emitir o seu parecer. O pagamento a Portugal pode ter lugar na sequência do parecer do CEF e da adoção de uma decisão de pagamento pela Comissão.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

O uso da política de coesão na resposta a catástrofes e na recuperação

Este estudo, solicitado pela [Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu](#) (REGI), apresenta uma visão geral dos instrumentos políticos da UE, incluindo os fundos da política de coesão, que são utilizados na resposta a catástrofes e na recuperação. Avalia a sua contribuição para reforçar a resiliência às alterações climáticas e para satisfazer as necessidades de socorro e reconstrução em caso de catástrofes.

O estudo examina também a forma como a abordagem «Reconstruir Melhor» pode ser integrada na futura política de coesão, a fim de garantir que as zonas afetadas por catástrofes sejam reconstruídas de forma mais resiliente e sustentável. São apresentadas recomendações sobre como a política de coesão pode ser melhorada para apoiar as regiões da UE na resposta a catástrofes.

Pode aceder [aqui](#) à versão integral do estudo.

Melhorar os serviços essenciais nas regiões da UE: o papel da política de coesão

Este estudo, solicitado pela [Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu](#) (REGI), analisa o papel dos instrumentos da UE, em particular da política de coesão, no apoio à qualidade dos serviços essenciais em zonas remotas, rurais e despovoadas.

O estudo centra-se nos serviços essenciais ligados à prestação de cuidados de saúde, cuidados infantis e serviços às pessoas. São identificados os desafios e os fatores que conduzem à perda da prestação de serviços. É avaliada a contribuição dos instrumentos da UE, incluindo estudos de caso que ilustram a sua contribuição para mitigar a dinâmica de despovoamento e melhorar o acesso a serviços essenciais.

Pode aceder [aqui](#) à versão integral do estudo.



Declaração Conjunta da Presidente von der Leyen e do Presidente Costa sobre a Gronelândia

Pode aceder [aqui](#) à versão integral da declaração conjunta da Presidente von der Leyen e do Presidente Costa sobre a Gronelândia.

Comissão anuncia 1,9 mil milhões de euros para o orçamento da ajuda humanitária de 2026

A Comissão Europeia anunciou o seu [orçamento inicial de 1,9 mil milhões de euros para a ajuda humanitária](#) em 2026, numa altura em que 239 milhões de pessoas necessitam de assistência e os principais doadores estão a reduzir o financiamento.

A [ajuda humanitária da UE](#) presta assistência vital onde é mais importante: alimentação e abrigo de emergência, cuidados de saúde críticos, proteção dos mais vulneráveis e apoio à educação das crianças em zonas de crise. À medida que outros doadores se retiram e o direito humanitário enfrenta uma pressão sem precedentes, a UE mantém o seu compromisso: ajuda baseada em princípios que chega às pessoas necessitadas, onde quer que estejam.

A dotação inicial de 1,9 mil milhões de euros inclui 557 milhões de euros para a África Ocidental e Central, 448 milhões de euros para o Médio Oriente e 145 milhões de euros para as necessidades humanitárias na Ucrânia. Além disso, mais de 415 milhões de euros estão reservados para responder a emergências súbitas em todo o mundo e manter uma cadeia de abastecimento estratégica.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

Jordânia: Conselho aprova nova ajuda da UE no valor de 500 milhões de euros em empréstimos

O Conselho [adotou](#) formalmente uma decisão para conceder mais 500 milhões de euros em assistência macrofinanceira (AMF) à Jordânia.

A assistência da UE ajudará a reforçar a estabilidade económica da Jordânia e a apoiar a sua agenda de reformas em curso, face aos crescentes desafios internos e externos. O objetivo é apoiar o restabelecimento de uma situação de financiamento externo sustentável para o país, apoiando assim o seu desenvolvimento económico e social.

A assistência, concedida em resposta ao pedido de apoio adicional apresentado pela Jordânia em janeiro de 2025, estará disponível por dois anos e meio e será prestada sob a forma de empréstimos a longo prazo, desembolsados em três parcelas.

A UE concedeu à Jordânia 1,08 mil milhões de euros ao abrigo de três programas anteriores de assistência macrofinanceira (AMF) desde 2013. Um quarto programa de AMF, também no valor de 500 milhões de euros, está atualmente em curso, tendo a primeira parcela de 250 milhões de euros sido desembolsada em 17 de setembro de 2025. Os fundos continuam a apoiar reformas fundamentais na gestão das finanças públicas, na política social e laboral e na governação.

Os eurodeputados aprovam a “cooperação reforçada” para um empréstimo de apoio da UE de 90 mil milhões de euros à Ucrânia

O empréstimo de apoio da UE foi acordado na cimeira do Conselho Europeu em Bruxelas a 18 de dezembro de 2025 e apresentado pela Comissão Europeia a 14 de janeiro de 2026. Como a Chéquia, a Hungria e a Eslováquia optaram por não apoiar o empréstimo, o acordo foi adotado ao abrigo do procedimento de cooperação reforçada, um mecanismo que permite aos Estados-Membros da UE interessados colaborar em áreas específicas. De acordo com os tratados, o procedimento de cooperação reforçada requer o consentimento do Parlamento Europeu.

O procedimento foi [aprovado](#) durante a sessão plenária que decorreu em Estrasburgo, na passada quarta-feira, por 499 votos a favor, 135 contra e com 24 abstenções. No dia anterior, os eurodeputados decidiram acelerar o seu trabalho sobre o empréstimo e as propostas acompanhantes, que agora devem ser acordadas entre o Parlamento e o Conselho através do procedimento legislativo ordinário.



União Europeia e Mercosul assinam parceria histórica e ambiciosa

A União Europeia e o Mercosul assinaram no passado dia 17 de janeiro um [Acordo de Parceria](#) (APEM) e um [Acordo de Comércio Provisório](#) (ACP), que representam um marco histórico entre as duas regiões e uma [plataforma ambiciosa para reforçar as suas relações económicas, diplomáticas e geopolíticas](#).

O acordo criará uma das maiores zonas comerciais do mundo, abrangendo um mercado de cerca de 700 milhões de consumidores. O Acordo proporcionará novas oportunidades comerciais substanciais às empresas em toda a UE, impulsionando um aumento estimado de 39 % das exportações anuais para o Mercosul (um valor de cerca de 49 mil milhões de euros), apoiando simultaneamente centenas de milhares de postos de trabalho na UE.

O acordo também envia um sinal geopolítico forte, demonstrando o empenho comum da UE e do Mercosul no multilateralismo e na ordem internacional assente em regras. Num momento de incerteza mundial e de crescente fragmentação, este acordo sublinha o valor da

cooperação, do diálogo e das parcerias internacionais. O acordo apresenta oportunidades significativas para ganhos mútuos através do reforço da cooperação económica, geopolítica, em matéria de sustentabilidade e de segurança.

Pode aceder aqui às intervenções proferidas pela [Presidente da Comissão Europeia](#), Ursula von der Leyen, e pelo [Presidente do Conselho Europeu](#), António Costa, na cerimónia de assinatura deste Acordo.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) e o documento de [perguntas e respostas](#).

UE-Mercosul: Eurodeputados querem parecer jurídico sobre a conformidade com os Tratados da UE

O Parlamento Europeu [decidiu](#) na passada quarta-feira, solicitar ao Tribunal de Justiça da União Europeia que avalie se o acordo UE-Mercosul está em conformidade com os Tratados da UE.

Com 334 votos a favor, 324 votos contra e 11 abstenções, o Parlamento Europeu aprovou uma [resolução solicitando um parecer jurídico](#) do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJEU) sobre o acordo. Uma [segunda resolução](#), que pedia igualmente uma avaliação jurídica, foi rejeitada por 225 votos a favor, 402 contra e 13 abstenções.

A base jurídica do Acordo de Parceria UE-Mercosul e do Acordo Comercial Provisório será agora revista pelo TJEU.

O Parlamento Europeu prosseguirá a sua análise dos textos, enquanto aguarda o parecer do tribunal. Só depois, o Parlamento poderá votar a aprovação (ou não) deste acordo.

Pacto de Estabilidade e Crescimento: Conselho inicia procedimento por défice excessivo contra a Finlândia

O Conselho deu início a um procedimento por défice excessivo (PDE) relativamente à Finlândia. Adotou igualmente uma recomendação à Finlândia, na qual define a trajetória das despesas líquidas e o calendário a seguir para pôr termo ao seu défice excessivo até 2028.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os procedimentos adotados pelo Conselho.

Fórum Económico Mundial

A edição de 2026 do Fórum Económico Mundial decorreu esta semana, entre 19 e 23 de janeiro, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre este evento que ocorre anualmente em Davos.

Pode aceder [aqui](#) à intervenção proferida pela Presidente da Comissão Europeia no passado dia 19 de janeiro no Fórum.

Projetos estratégicos sobre matérias-primas críticas ganham ímpeto na segunda ronda de seleção para potencial financiamento e licenciamento mais rápido

O segundo convite à apresentação de projetos estratégicos ao abrigo do [Regulamento Matérias-Primas Críticas](#) (RMC) já foi encerrado. A Comissão Europeia recebeu mais de 160 candidaturas, confirmado o forte interesse contínuo em que lhe fosse atribuído o estatuto de «projeto estratégico». A obtenção do estatuto de projeto estratégico dá aos promotores de projetos acesso a orientações sobre financiamento privado e público. Gera igualmente uma maior atenção a partir da plataforma de financiamento criada através do [Plano de Ação REsource](#), que mobiliza recursos de fundos da UE e do Banco Europeu de Investimento. Além disso, espera-se que a obtenção do estatuto de projeto estratégico melhore as possibilidades globais de uma execução bem-sucedida, proporcionando maior segurança aos potenciais compradores. Os projetos estratégicos localizados na UE beneficiarão ainda de procedimentos de licenciamento acelerados.

O elevado número de candidaturas demonstra a importância do Regulamento Matérias-Primas Críticas para proporcionar clareza aos promotores de projetos, aos potenciais investidores, à indústria e aos Estados-Membros. Para a indústria, estes projetos ajudarão a diversificar o aprovisionamento e a construir a cadeia de valor em consonância com os objetivos do Regulamento Mercados Criativos, proporcionando um acesso seguro a materiais essenciais para os setores estratégico da energia, digital e da defesa da UE. Trata-se de uma pedra angular da segurança económica e da autonomia estratégica a longo prazo da Europa.

Os projetos que se candidataram ao estatuto de projeto estratégico incluem a maioria das matérias-primas estratégicas identificadas no âmbito do Regulamento Mercados Criativos. Destes, 75 projetos poderiam apoiar a cadeia de valor das baterias, 21 centram-se em elementos de terras raras para ímanes permanentes (vitais para turbinas eólicas e outras aplicações renováveis), enquanto várias aplicações de projetos dizem respeito à defesa. A Comissão recebeu 95 pedidos de países da UE e 66 de países terceiros, incluindo 40 de países e países e territórios ultramarinos (PTU) com os quais a UE tem uma parceria estratégica em matéria de matérias-primas. Todas as candidaturas serão submetidas a uma avaliação aprofundada apoiada por peritos independentes. Em seguida, a Comissão debaterá os resultados com os Estados-Membros antes de finalizar a seleção dos projetos estratégicos.

Na primeira recolha de projetos estratégicos lançada em agosto de 2024, 170 projetos candidataram-se ao estatuto estratégico, tendo sido selecionados 60 projetos. O objetivo do Regulamento Matérias-Primas Críticas, que entrou em vigor em 23 de maio de 2024, é garantir um aprovisionamento diversificado, resiliente e sustentável de matérias-primas críticas para a indústria da UE. A primeira ronda de seleção conduziu, em 2025, à designação de 47 projetos estratégicos na UE e de 13 projetos em países terceiros e PTU. O Plano de Ação REsourceEU está a acelerar a realização destes projetos estratégicos.

Comissão anuncia membros da terceira Plataforma para o Financiamento Sustentável

A Comissão Europeia publicou a [lista de membros](#) para o terceiro mandato da [Plataforma para o Financiamento Sustentável](#). A Plataforma aconselhará a Comissão sobre temas relacionados com a taxonomia da UE e o quadro de financiamento sustentável da UE em geral.

Na sequência de um convite à apresentação de candidaturas em julho de 2025, a Comissão nomeou 28 membros e 16 observadores dos setores público e privado. A seleção baseou-se nos conhecimentos especializados dos candidatos em matéria de ambiente e financiamento sustentável, bem como na sua experiência profissional e conhecimentos técnicos nos setores abrangidos pela taxonomia da UE. A Comissão teve igualmente em conta o equilíbrio geográfico e de género. Os membros são partes interessadas fundamentais no setor privado, na sociedade civil, no meio académico e peritos a título pessoal.

Além disso, a Comissão renomeou Helena Viñes Fiestas como presidente da Plataforma. Viñes Fiestas é comissária da Autoridade Espanhola dos Mercados Financeiros e copresidente do Grupo de Trabalho das Nações Unidas para a Política de Impacto Zero.

O mandato da Plataforma decorrerá de fevereiro de 2026 até ao final de 2027. Contribuirá para os esforços de simplificação da Comissão no domínio do financiamento sustentável, nomeadamente no que diz respeito à revisão dos critérios da taxonomia em vigor e ao desenvolvimento de critérios para novas atividades. As reações das partes interessadas, fornecidas através do [mecanismo de pedido das partes interessadas](#), continuarão a desempenhar um papel central.

Pode consultar ainda a [lista completa](#) dos membros e observadores, bem como mais informações sobre a [Plataforma para o Financiamento Sustentável](#).

Acordo comercial UE-EUA: "Legislação Turnberry suspensa até cessarem as ameaças da Gronelândia"

Pode aceder [aqui](#) à declaração emitida por Bernd Lange, presidente da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu e relator permanente para os EUA, sobre o estado do acordo comercial UE-EUA.

Educação

Declaração da vice-presidente executiva da Comissão Europeia Mînzatu antes do Dia Internacional da Educação

Pode aceder [aqui](#) à declaração da vice-presidente executiva da Comissão Europeia Mînzatu proferida a propósito da celebração do Dia Internacional da Educação, que é comemorado anualmente em 24 de janeiro.

Emprego e Demografia

Comissão propõe apoiar mais de 250 trabalhadores despedidos na Bélgica com 1,6 milhões de euros

A Comissão Europeia [propôs](#) a mobilização de 1,6 milhões de euros do [Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos](#) (FEG) para ajudar 267 trabalhadores despedidos após a falência e o encerramento da Tupperware Belgium em fevereiro de 2025.

O apoio ajudará estes trabalhadores a adquirir novas competências e a reintegrar rapidamente o mercado de trabalho, financiando medidas como aconselhamento e orientação profissional, eventos de procura de emprego ou formação em novas competências profissionais e horizontais.

O custo total estimado destas medidas é de 1,9 milhões de euros, sendo 85% (1,6 milhões de euros) cobertos pela Comissão e 15% (300 000 euros) pelo serviço público de emprego flamengo (VDAB). As autoridades belgas começaram a prestar apoio do FEG aos trabalhadores em fevereiro de 2025, imediatamente após a falência da empresa. O FEG pode cobrir retroativamente estes custos.

A proposta da Comissão exige agora a aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho. Necessita de uma maioria simples no Parlamento Europeu e de uma maioria qualificada no Conselho.

Energia

As energias renováveis cobrem 11 % da energia utilizada nos transportes

Em 2024, a quota de fontes de energia [renováveis](#) nos transportes atingiu 11,2 % a nível da UE, o que representa um aumento de 0,2 pontos [percentuais](#) em relação a 2023. Quando a série cronológica teve início em 2004, esta percentagem situava-se em 1,4%.

A quota de 2024 foi 17,8 p.p. inferior à meta de [29 % para 2030](#) relativa à utilização de energia de fontes renováveis nos transportes.

A Suécia foi o país da UE com a percentagem mais elevada de energias renováveis nos transportes (26,4 %), seguida da Finlândia (20,3 %) e dos Países Baixos (19,7 %). Em contrapartida, as percentagens mais baixas registaram-se na Croácia (0,9 %), na Grécia (3,9 %) e na Chéquia (5,7 %).

Entre os 19 países da UE que registaram aumentos na utilização de energia proveniente de fontes renováveis nos transportes entre 2023 e 2024, os mais elevados registaram-se na Letónia (+7,4 p.p.) e nos Países Baixos (+6,2 p.p.). Por outro lado, após se ter tornado o único país da UE que não só cumpriu a meta de 29 %, como a ultrapassou, com uma percentagem de 33,6 % em 2023, a Suécia registou a maior queda desta percentagem (-7,2 p.p.) em 2024. As outras 7 diminuições variaram entre -0,1 p.p. (Grécia e Chipre) e -0,8 p.p. (Eslovénia).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta estatística publicada pelo Eurostat.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Lei Eleitoral Europeia: Parlamento apela a avanços nas reformas há muito paralisadas

Fazendo um balanço dos obstáculos à revisão das regras para as eleições europeias, os deputados europeus apelam a um compromisso político renovado no sentido de um quadro eleitoral mais coerente em toda a UE.

O Parlamento aprovou um relatório (417 votos a favor, 234 contra e nove abstenções) que analisa os obstáculos à alteração da Lei Eleitoral Europeia, tanto no que diz respeito à [revisão de 2018](#) como à reforma [proposta para 2022](#). Salientando que as eleições europeias continuam a ser realizadas em grande parte ao abrigo de quadros nacionais, que foram concebidos numa fase marcadamente diferente da integração europeia e que já não correspondem ao papel reforçado e aos poderes legislativos do Parlamento Europeu, os deputados instam os Estados-Membros a ultrapassarem o impasse político, a fim de promoverem um quadro eleitoral europeu comum mais coerente.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação, incluindo o acesso à versão integral do relatório aprovado.

Ajuda humanitária: Parlamento alarmado com a erosão do direito internacional humanitário

Os deputados europeus aprovaram um relatório que exige uma resposta mais eficaz e ambiciosa da UE a uma altura em que se verificam múltiplas crises humanitárias que se sobrepõem em todo o mundo.

O texto, elaborado pela eurodeputada Leire Pajín (S&D, ES) e aprovado por 444 votos a favor, 153 contra e 55 abstenções, reafirma a proteção dos civis em crises humanitárias como um elemento essencial da ação externa da UE, a par da promoção e proteção do direito internacional humanitário (DIH) e do direito internacional dos direitos humanos.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre a posição aprovada nesta sessão plenária do Parlamento Europeu.

Declínio inédito dos direitos humanos a nível mundial: Eurodeputados pedem à UE para agir

O Parlamento Europeu lança o apelo à União Europeia (UE) para utilizar melhor os seus recursos de modo a defender os direitos humanos e a democracia no mundo.

Aprovado por 421 votos a favor, 120 votos contra e 108 abstenções, o relatório anual do Parlamento Europeu sobre "os direitos humanos e a democracia no mundo e o papel da UE neste domínio" descreve um quadro alarmante de deterioração da situação mundial, num contexto de crescentes tensões geopolíticas e de desafios sem precedentes à ordem multilateral assente em regras. Neste sentido, os eurodeputados apelam à UE para que reconsidera os instrumentos de que dispõe para defender os direitos humanos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório aprovado.

Parlamento Europeu condena repressão brutal dos manifestantes pelo Irão

Numa resolução aprovada na passada quinta-feira, o Parlamento Europeu exige que as autoridades iranianas, sob liderança de Ali Khamenei, ponham fim de imediato à violência contra manifestantes pacíficos, suspendam todas as execuções e cessem o assassinato e a repressão de civis. Manifestando a total solidariedade para com o povo do Irão e o corajoso e legítimo movimento de protesto, o Parlamento condena o uso generalizado, intencional e desproporcionado da violência pelas forças de segurança.

Pode encontrar mais informação sobre a resolução [aqui](#).

Parlamento pede evacuação médica urgente de Joseph Figueira Martin da República Centro-Africana

Os eurodeputados voltam a apelar à libertação imediata do luso-belga Joseph Figueira Martin e pedem sanções contra os responsáveis pela sua detenção arbitrária, maus-tratos e condenação.

Em resolução sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana, aprovada na passada quinta-feira por 582 votos a favor, nenhum voto contra e 35 abstenções, o Parlamento Europeu condena a detenção arbitrária de Joseph Figueira Martin, cidadão com nacionalidade belga e portuguesa e investigador humanitário ao serviço da organização não governamental FHI 360, raptado pelo Grupo Wagner em 2024.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Comissão apresenta nova estratégia de luta contra o racismo para continuar a construir uma verdadeira União da Igualdade

A Comissão Europeia [adotou a nova Estratégia da UE contra o Racismo](#), apelando a uma Europa livre de racismo em que as pessoas possam prosperar, participar plenamente na sociedade e contribuir para a sua estabilidade e prosperidade.

A estratégia baseia-se no Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025. Nos últimos cinco anos, a UE realizou progressos significativos na luta contra o racismo, em especial eliminando os obstáculos criados pela discriminação racial e integrando os esforços de luta contra o racismo em todas as políticas pertinentes da UE. Apesar destes progressos, o último [Eurobarómetro sobre](#) a discriminação revela que quase dois em cada três cidadãos ainda consideram a discriminação racial uma questão generalizada nos seus países.

A nova estratégia visa combater o racismo em todas as suas formas: assegurar a plena aplicação e execução da legislação da UE em matéria de luta contra a discriminação; continuar a eliminar os obstáculos e a promover a inclusão na educação, no emprego, nos cuidados de saúde e na habitação; e, criar parcerias contra o racismo em todos os níveis da sociedade.

A nova estratégia reforçará a aplicação da legislação antidiscriminação em vigor. A aplicação da [Diretiva Igualdade Racial](#) a partir de 2000 será avaliada para identificar lacunas na aplicação e ponderar sanções mais severas, sempre que necessário. O quadro para combater o discurso de ódio e os crimes de ódio será reforçado, nomeadamente através da capacitação das pessoas, da garantia dos direitos das vítimas através da legislação da UE em vigor, como a [Diretiva Direitos das Vítimas, e da](#) ponderação da harmonização das definições de crimes de ódio em linha, respeitando plenamente a liberdade de expressão. A estratégia apoiará igualmente os organismos de promoção da igualdade nos Estados-Membros na realização do seu trabalho vital, assegurando o cumprimento das normas.

Os esforços contra o racismo serão ainda mais integrados na vida quotidiana, em toda a sociedade. Será lançada uma campanha à escala da UE sobre a igualdade, a fim de aumentar a sensibilização e envolver os cidadãos em toda a UE na promoção da inclusão. As iniciativas em curso contribuirão para garantir a igualdade de acesso em domínios fundamentais como a educação, o emprego, a habitação e os cuidados de saúde. Por exemplo, a Comissão apoiará os Estados-Membros na eliminação de preconceitos nas práticas de cuidados de saúde e na melhoria do acesso a oportunidades de emprego. Realizará igualmente um estudo para avaliar os riscos e as soluções em termos de habitação para os grupos mais vulneráveis. A estratégia contribuirá igualmente para melhorar a recolha, a análise e a utilização de dados sobre a igualdade, em consonância com os quadros legislativos nacionais, a fim de melhor compreender e combater a discriminação.

Alcançar uma União sem racismo e discriminação racial é um esforço conjunto. A estratégia salienta a necessidade de cooperação a todos os níveis da sociedade. As organizações internacionais, as instituições e agências europeias, os Estados-Membros, os países candidatos, os órgãos de poder local e regional, os organismos de promoção da igualdade, o setor privado e a sociedade civil devem tomar medidas. O trabalho do coordenador da luta contra o racismo continuará a promover o diálogo construtivo e a interação entre as instituições da UE, os Estados-Membros, a sociedade civil e o meio académico. Além disso, no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual, a Comissão propôs aumentar o apoio às organizações da sociedade civil contra o racismo no âmbito da vertente Democracia, Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores da AgoraEU.



40 anos de adesão à UE de Espanha e Portugal

Na passada quarta-feira, durante a sessão plenária formal do Parlamento Europeu que decorreu esta semana em Estrasburgo, Felipe VI, Rei de Espanha, e Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República de Portugal, dirigiram-se aos deputados do Parlamento Europeu no âmbito da cerimónia levada a cabo pelo Parlamento da celebração dos 40 anos de adesão de Espanha e de Portugal à União Europeia.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e [aqui](#) rever a cerimónia.

Reunião informal de 22 de janeiro de 2026 dos membros do Conselho Europeu

Pode aceder [aqui](#) às conclusões da reunião apresentadas pelo Presidente do Conselho, António Costa, após a reunião informal e [aqui](#) à declaração da Presidente von der Leyen, proferida após a reunião.

Reunião do Eurogrupo, 19 de janeiro de 2026: principais resultados alcançados

O Eurogrupo foi informado sobre o ponto da situação relativamente à transição para o euro na Bulgária. Os ministros trocaram pontos de vista sobre as prioridades políticas com base no projeto de recomendação da Comissão para a área do euro para 2026. Foram também informados sobre as mais recentes reuniões do G7 e **aprovaram a nomeação de Boris Vujčić para o cargo de vice-presidente do Banco Central Europeu** (é de recordar que Mário Centeno, ex-governador do Banco de Portugal foi um dos candidatos ao cargo).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais resultados alcançados e [aqui](#) as declarações de Kyriakos Pierrakakis prestadas após a reunião, naquela que foi a primeira reunião sob a sua presidência do Eurogrupo (recordar-se que foi eleito no passado mês de dezembro).

Parlamento rejeita moção de censura à Comissão Europeia

Reunidos em sessão plenária, os eurodeputados rejeitaram uma moção de censura à Comissão Europeia

A [proposta, apresentada pelo Grupo Patriotas pela Europa](#), e que foi votada na passada quinta-feira pelos deputados reunidos em sessão plenária, foi rejeitada por 165 votos a favor e 390 contra, com 10 abstenções.

A votação foi precedida de um debate, no hemicílio do Parlamento Europeu, com o comissário Maroš Šefčovič na segunda-feira, 19 de janeiro, que pode ser revisto [aqui](#).



Investigação e inovação científica, ciência

Comissão procura obter pontos de vista sobre a forma de aumentar a participação das mulheres na investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apreciação para ajudar a definir o primeiro plano de ação para as mulheres na investigação, na inovação e nas empresas em fase de arranque. Esta iniciativa visa tornar a UE o principal destino das mulheres no domínio da investigação e inovação até ao final da década.

Ekaterina Zaharieva, Comissária responsável pelas empresas em fase de arranque, investigação e inovação, declarou: «Queremos que as mulheres na investigação, na inovação e nas empresas em fase de arranque vejam o seu futuro na Europa. É por esta razão que estamos a fazer da Europa o lugar onde a sua ambição é mais bem apoiada.»

O plano de ação visa explorar a reserva diversificada de talentos da UE para reforçar a competitividade e estimular a inovação. Enfrentará desafios persistentes em matéria de igualdade de género, propondo estratégias para melhorar as condições de trabalho e a progressão na carreira das mulheres. Esta iniciativa está alinhada com a campanha [Escolher a Europa](#), promovendo o ambiente de investigação exemplar do continente, uma qualidade de vida sem paralelo e a dedicação à diversidade e à inclusão. Até 2030, a ambição da Europa é cultivar um ambiente inigualável no seu apelo às mulheres que prosseguem carreiras na investigação e inovação.

O convite está aberto a contribuições de cidadãos, empresas, decisores políticos, académicos e organizações da sociedade civil. Está aberto até 23 de fevereiro de 2026 no [portal «Dê a sua opinião»](#).



Juventude

25% dos jovens trabalham e estudam ao mesmo tempo

Em 2024, 25,4 % dos jovens europeus (15-29 anos) estavam [empregados](#) durante o ensino formal. 71,4 % dos jovens permaneceram fora da população ativa e 3,2 % estavam [desempregados](#) (disponíveis para emprego e à procura ativa de emprego) enquanto frequentavam o ensino formal.

Os Países Baixos (74,3 %), a Dinamarca (56,4 %) e a Alemanha (45,8 %) registaram as percentagens mais elevadas de jovens que trabalham e estudam simultaneamente. Em contrapartida, a Roménia (2,4 %), a Grécia (6,0 %) e a Croácia (6,4 %) comunicaram as percentagens mais baixas entre os países da UE.

As percentagens mais elevadas de jovens desempregados no ensino formal, que estavam disponíveis para trabalhar e à procura ativa de emprego, registaram-se na Suécia (14,1 %), na Finlândia (10,0 %) e na Dinamarca (9,6 %). No outro extremo da escala, a Roménia (0,6 %), a Croácia, a Chéquia e a Hungria (cada uma com 0,8 %) tinham menos de 1 % dos jovens à procura de emprego.

Entre a faixa etária dos 15 aos 19 anos, 74,4 % das mulheres e 70,4 % dos homens permanecem fora da população ativa enquanto estudam, o que demonstra que se centram principalmente na educação nos primeiros anos de vida.

À medida que envelhecem e atingem a faixa etária dos 20-24 anos, a percentagem fora da população ativa diminui para 30,9 % para as mulheres e 24,8 % para os homens, o que indica uma maior integração no mercado de trabalho a par das atividades educativas. Neste grupo, o percentual de jovens empregados no ensino foi de 19,6% para as mulheres e 17,0% para os homens.

Na faixa etária dos 25 aos 29 anos, o emprego atingiu 62,0% para as mulheres e 71,9% para os homens. Neste caso, a percentagem de mulheres fora da população ativa e que não frequentam o ensino formal (16,2%) foi superior à dos homens (6,9%).

Os dados mostram que as mulheres tendem a participar mais na educação formal do que os homens. No entanto, quando não estudam, é menos provável que estejam empregados ou à procura de emprego, como se pode ver pelas taxas de emprego mais baixas e por percentagens mais elevadas de inatividade em comparação com os homens.

Pode encontrar [aqui](#) informação estatística mais detalhada publicada pelo Eurostat.



Mobilidade

Parlamento Europeu apoia os direitos dos passageiros dos transportes aéreos

O Parlamento quer manter o direito dos viajantes a uma indemnização por um atraso de três horas, além da simplificação dos procedimentos de reembolso e da gratuitidade da bagagem de cabina.

O Parlamento Europeu adotou a sua posição (632 votos a favor, 15 votos contra e 9 abstenções) para a revisão das alterações das regras relativas aos passageiros dos transportes aéreos [sugeridas pelos países da UE em junho de 2025](#). Os eurodeputados votaram contra o esforço dos ministros da UE para enfraquecer os direitos dos passageiros dos transportes aéreos, em vigor desde 2004 e cujo objetivo é garantir que os passageiros tenham proteção suficiente em caso de perturbações nas viagens.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre as posições adotadas pelo Parlamento Europeu.

No que se refere às próximas etapas da negociação, no âmbito do processo de segunda leitura, a posição do Parlamento será enviada ao Conselho. Se o Conselho não aceitar todas as alterações do Parlamento, será [convocado um “Comité de Conciliação”](#) para chegar a acordo sobre a forma final do projeto de lei.



Proteção Civil

UE destaca geradores de emergência à medida que greves russas deixam um milhão de ucranianos sem energia elétrica a -20 °C

Mais de um milhão de ucranianos estão sem eletricidade, água e aquecimento em temperaturas congelantes, na sequência de ataques incansáveis da Rússia às infraestruturas energéticas. A Comissão Europeia está agora a mobilizar 447 geradores de emergência no valor de 3,7 milhões de euros provenientes das reservas estratégicas [rescEU](#) alojadas na Polónia, a fim de restaurar a eletricidade em hospitais, abrigos e serviços críticos.

Os geradores serão distribuídos pelo Ministério do Desenvolvimento das Comunidades e Territórios da Ucrânia, em cooperação com a Cruz Vermelha ucraniana, às comunidades mais afetadas.

Esta mobilização destina-se a dar resposta às necessidades urgentes e baseia-se no apoio contínuo da UE à resiliência energética da Ucrânia. Desde o início da invasão em grande escala da Rússia, a UE forneceu mais de 160 000 toneladas de ajuda através do [Mecanismo de Proteção Civil](#). Tal inclui combustíveis sólidos, aparelhos de aquecimento, geradores e pontos de aquecimento de emergência. A UE não deixará a Rússia congelar a Ucrânia e continuará a ajudar os ucranianos a ultrapassar este inverno.

Pode encontrar mais informação no [comunicado de imprensa](#).



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Planos de parceria nacionais e regionais: declarações dos deputados europeus responsáveis

Os deputados europeus e os comissários realizaram uma reunião para dar início aos trabalhos parlamentares sobre a proposta de regulamento relativo aos planos de parceria nacionais e regionais.

As comissões dos orçamentos, do desenvolvimento regional e da agricultura debateram a proposta da Comissão Europeia para combinar fundos regionais, agrícolas e outros em «envelopes» nacionais (os chamados planos de parceria nacionais e regionais) no orçamento da UE para 2028-2034 (QFP) com o vice-presidente executivo da Comissão, Raffaele Fitto (Coesão e Reformas), e os comissários Piotr Serafin (Orçamento) e Christophe Hansen (Agricultura) na passada segunda-feira, 19 de janeiro.

Pode [rever](#) o debate aqui e obter [aqui](#) mais informação sobre as declarações proferidas pelos deputados responsáveis por coordenar a preparação da posição do Parlamento Europeu sobre a proposta da Comissão.



Saúde

Medicamentos essenciais: medidas da UE para aumentar a competitividade e combater a escassez

O Parlamento aprovou propostas para melhorar a disponibilidade e o fornecimento de medicamentos essenciais na UE.

O relatório, aprovado com 503 votos a favor, 57 contra e 108 abstenções, visa garantir um elevado nível de proteção da saúde pública dos cidadãos da UE, reduzindo a dependência da UE em relação a outros países e aumentando a competitividade do seu setor farmacêutico.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre a posição do Parlamento Europeu, que assim já está pronto para iniciar negociações com o Conselho da UE sobre a forma final da lei.



Tecnologia e Informática

Comissão reforça a resiliência e as capacidades da UE em matéria de cibersegurança

A Europa enfrenta diariamente ciberataques e ataques híbridos a serviços essenciais e instituições democráticas, levados a cabo por sofisticados grupos estatais e criminosos. A Comissão Europeia propôs um novo pacote de cibersegurança para reforçar ainda mais a resiliência e as capacidades da UE em matéria de cibersegurança face a estas ameaças crescentes.

O pacote inclui uma proposta de revisão do Regulamento Cibersegurança, que reforça a segurança das cadeias de abastecimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) da UE. Garante que os produtos que chegam aos cidadãos da UE são ciberseguros desde a conceção através de um processo de certificação mais simples. Facilita igualmente o cumprimento das regras da UE em vigor em matéria de cibersegurança e reforça a Agência da UE para a Cibersegurança (ENISA) no apoio aos Estados-Membros e à UE na gestão das ameaças à cibersegurança.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do pacote adotado pela Comissão Europeia.

A UE apoia a conectividade digital com regras mais simples e harmonizadas no Regulamento Redes Digitais

A Comissão Europeia propôs o Regulamento Redes Digitais (ADN) para modernizar, simplificar e harmonizar as regras da UE em matéria de redes de conectividade. As regras atuais devem ser atualizadas para criar condições para que os operadores invistam na implantação de redes avançadas de fibra ótica e móveis. As redes de alta capacidade permitem tecnologias inovadoras, como a Inteligência Artificial e a Nuvem. A disponibilidade generalizada de conectividade avançada para as pessoas e as empresas em toda a UE é a base da competitividade da Europa.

A proposta visa criar um mercado único da UE eficaz, harmonizando as regras e facilitando as empresas transfronteiriças, a fim de incentivar os operadores a expandirem-se, crescerem e inovarem.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a proposta adotada pela Comissão Europeia e que será apresentada ao Parlamento Europeu e ao Conselho para aprovação.



Turismo

Noites turísticas da UE recorde de 3,08 mil milhões em 2025

Em 2025, o número estimado de [dormidas](#) em estabelecimentos de alojamento [turístico](#) na [UE](#) atingiu 3,08 mil milhões, excedendo em 61,5 milhões o ano anterior, ou seja, 2 %.

O crescimento das noites turísticas foi principalmente impulsionado por um aumento das noites passadas por hóspedes internacionais (+46,1 milhões), enquanto as noites passadas por hóspedes domésticos registaram um crescimento a um ritmo mais lento (+15,4 milhões). De um modo geral, as noites turísticas da UE foram bastante equilibradas entre os hóspedes internacionais (49 %) e os hóspedes domésticos (51 %).

Em termos de tipo de alojamento, os hotéis e alojamentos semelhantes registaram 1,9 mil milhões de noites (63 % do total), seguidos das habitações de férias e outros alojamentos de curta duração, com 743 milhões (24 %), e dos parques de campismo, com 413 milhões (13 %).

Em comparação com 2024, em 2025, o número de dormidas em alojamento turístico aumentou em quase todos os países da UE. O maior aumento registou-se em Malta (+10 %), na Polónia (+7 %) e na Letónia (+6 %). Registaram-se ligeiras diminuições na Roménia (-1 %) e na Irlanda (-2 %).

Estas informações provêm de estimativas iniciais sobre o turismo publicadas pelo Eurostat, podendo encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2026 e 2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatriis](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE

European
Investment Bank

BEI



Biológico



Economia, Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões Europeu



CoR



Conselho da Europa



Coronavírus



Cultura e Comunicação



Defesa e Segurança



Desporto



Diplomacia e solidariedade externa da UE



E

stado de Direito, Democracia e Cidadania



Economia, Empresas



Educação



Emprego e Demografia



Energia



Espaço



FAO



Prémios



Habitação



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania



Ilhas



Indústria



Investigação e inovação científica, ciência



Juventude



IP Climaz



Life



Mar e pescas



Mobilidade



OCDE



Parlamento Europeu



Proteção civil



Regiões Ultraperiféricas



Saúde



TCE



Tecnologia e Informática



Turismo



União Europeia, outros

Lista de Sígas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) |
 BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#)
 | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) |
 EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT
 - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO
 – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS
 – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#)
 | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (incluso o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!